Área Temática: FINANÇAS

ENANGRAD Pleno

Título: IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DO PIX NA BANCARIZAÇÃO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES

Resumo

Este estudo teve como base a introdução do modelo de transferência bancária PIX, iniciada na economia brasileira em novembro de 2020 pelo do Banco Central do Brasil. Buscou-se entender quais foram os impactos do lançamento da ferramenta PIX nos micro e pequenos empreendedores, por meio de uma pesquisa de opinião *online*, onde os dados coletados foram compilados, resultando em informações quantitativas e qualitativas, sobre a utilização dessa ferramenta. Por meio da análise dos resultados foi verificado que a maioria das empresas obteve resultados satisfatórios com o uso da ferramenta e a possuem devidamente implementada em seus negócios atualmente. Foi verificado que a ferramenta PIX teve grande impacto na operação dos micros, pequenos e também médios empreendedores da região, trazendo variáveis não antes vistas pelos mesmos e incentivando o uso, devido a facilidade, agilidade e confiabilidade embarcadas. Entretanto, persistem ainda desafios setoriais associados a fraudes, problemas técnicos, custos, integração com sistemas e à percepção de possível monitoramento governamental do volume das transações das empresas. Salienta-se que as conclusões do estudo não devem ser extrapoladas para além da amostra utilizada, e que novas e mais abrangentes pesquisas a respeito do tema são recomendadas.

Palavras-chave: Transações financeiras, PIX, Bancarização.

Abstract

This study focused on the introduction of the PIX bank transfer system, launched in the Brazilian economy in November 2020 by the Central Bank of Brazil. It aimed to understand the impact of the PIX tool on micro and small business owners through an online survey; the collected data were compiled to yield both quantitative and qualitative information regarding the tool's usage. Analysis of the results revealed that the majority of businesses achieved satisfactory outcomes using the tool and have currently implemented it within their operations. The study found that PIX had a significant impact on the operations of micro, small, and medium-sized entrepreneurs in the region, introducing previously unseen variables and encouraging adoption due to the tool's inherent ease of use, speed, and reliability. However, sector-specific challenges persist, including issues related to fraud, technical problems, costs, system integration, and concerns regarding potential government monitoring of business transaction volumes. It should be noted that the study's conclusions should not be extrapolated beyond the sample used, and further, more comprehensive research on the subject is recommended.

Keywords: Financial transactions, PIX, Banking access.

1. INTRODUÇÃO

Existem cerca de 182 moedas disponíveis e em circulação no globo, que são utilizadas pelos países para movimentar suas economias, e realizar trocas cambiais a fim de atingir seus interesses de forma justa para todas as partes. No Brasil, a moeda utilizada atualmente é o Real (BRESSER-PEREIRA, 1994; BANCO MUNDIAL, 2026).

Na história do país, desde seu descobrimento até os dias atuais foram utilizadas pela sociedade nove moedas diferentes, sendo as duas com maior tempo em circulação os Réis, trazidos de Portugal para o Brasil-colônia por volta do ano 1500 d.C, e que ficou em circulação por aproximadamente 400 anos, e a segunda com maior duração sendo o atual Real, que em julho de 2024 completou 30 anos de existência.

Foi em 1994, no então governo de Itamar Franco, que surgiu o Real, uma nova unidade monetária brasileira que teve seu planejamento realizado durante anos antes de seu lançamento oficial, e que nascia para resolver uma das piores crises inflacionárias da história (BRESSER-PEREIRA, 1994). Ao avançar para os dias atuais, encontra-se um Real estável, que cumpriu seu papel e mostrou ser o plano que solucionou o problema inflacionário que assombrava a economia do país nas décadas de 80 e 90 (BACEN, 2025a).

Assim como qualquer outra evolução tecnológica, moedas também passam por transformações e renovações durante sua vida e com isso novos meios de utilização se ancoram nos processos a fim de facilitar as trocas entre partes. Países ao longo dos anos criaram métodos e maneiras diferentes de realizar trocas de moedas e facilita suas transações alinhados a bancos privados e principalmente a seus bancos centrais.

As trocas migraram do dinheiro e moedas físicas para moedas digitais através dos bancos e suas maneiras de facilitar o uso. Criaram-se os cartões de crédito, débito, cheques, transações TED, trocas cambiais de moeda para moeda, transações internacionais, bandeiras de cartões, contas digitais. Tecnologias estas utilizadas ao redor de todo o mundo por diversos países e intermediadores de pagamento (BANK OF ENGLAND, 2014).

Em novembro de 2020 o Banco Central do Brasil anunciou o lançamento do PIX, um novo modelo de pagamento facilitado que gera transações mais rápidas e eficientes do que outras formas como DOC e TED. O PIX teve seu desenvolvimento iniciado no ano de 2016 ainda na presidência de Ilan Godjfan, então presidente do Banco Central. Em 2018, no então governo de Michel Temer e com Ilan ainda na presidência do Banco Central do país, o time de desenvolvimento do PIX foi montado a fim de viabilizar os então estudos realizados e após cerca de dois anos, em novembro de 2020, sob o então governo do presidente Jair Bolsonaro e com Roberto Campos Neto a frente do Banco Central do Brasil teve seu lançamento realizado oficialmente (BACEN, 2025b).

Rapidamente bancos e agenciadoras de pagamentos adotaram o PIX como uma de suas formas de receber e enviar valores monetários de forma mais segura e eficiente, o que gerou grande adesão por parte de toda a população Brasileira, que agora dispõe de um dos meios de pagamentos mais acessíveis, seguros e modernos de todo o mundo em suas mãos a qualquer momento (BACEN, 2025c).

Algumas vantagens que o PIX possui sobre outros meios de pagamento como DOC e TED são: Sua praticidade, possuindo pagamentos 24 horas por dia sem intermediação bancária necessária para aprovação do pagamento. Custos reduzidos, tendo em vista que para utilizar o pix apenas é necessária a criação de uma chave PIX,

item que denomina aquele que será o receptor do valor monetário. E seu valor reduzido em questão de taxas e custos, visto que o PIX está disponível para todas as contas bancárias de forma gratuita para o consumidor final (BACEN, 2025d).

O modelo também carrega em sua estrutura a possibilidade de gerar parcelas, pagamentos agendados, pagamentos automáticos entre outras funções tanto para o lado pagador quanto para o lado receptor.

De acordo com Bustamante, Santos e Batista (2024), o Pix, rapidamente se tornou o meio de pagamento mais utilizado no país devido a diversos fatores, e alguns deles referentes a sua época de lançamento, novembro de 2020, em pleno auge da pandemia de Covid-19. O Brasil passava a disponibilizar um meio de pagamento cem por cento digitalizado e automático para todas as pessoas que tivessem interesse em utilizá-lo.

Desta maneira, foi gerada uma enorme demanda pelo recurso, que facilitou as transações entre pessoas físicas e pessoas jurídicas durante um período em que o contato físico e pessoal se tornava restrito e impeditivo em certas ocasiões. Deve-se também, atentar aos principais impactos desta rápida expansão e intensa adoção do modelo como principal meio de pagamento utilizado pelos brasileiros (BUSTAMANTE; SANTOS; BATISTA, 2024).

O PIX, assim como outros meios de pagamento digitais, segue um padrão global de digitalização dos meios de pagamentos e moedas. Países ao redor do mundo, com a rápida expansão de bancos digitais e moedas, se viram obrigados a se adaptar de acordo com as necessidades de suas populações. Nos últimos 50 anos os meios de pagamento tradicionais, iniciados ao redor do século 16, reiteram um principal problema, sua velocidade, e por isso tiveram que ser atualizados por bancos centrais ao redor do globo (BANK OF ENGLAND, 2014).

A digitalização trouxe consigo a velocidade dos meios de pagamento, que, por mais que mais rápidos que as transações convencionais, ainda demoram em média um a dois dias úteis a depender do modelo e do banco escolhido. Com o lançamento do PIX, esse tempo de espera foi reduzido para instantes, gerando praticidade na transferência de valores e velocidade nas transações para pessoas físicas, que se trata de transações gratuitas, e pessoas jurídicas, que podem ter taxas reduzidas, principalmente, para micro e pequenas empresas que utilizam do sistema (Da Silva, 2024).

O objetivo do estudo concentrou-se em entender o impacto do PIX como ferramenta de bancarização nas micro, pequenas e média empresas, por meio da utilização das diversas modalidades do PIX na administração financeira das empresas.

Além desse item introdutório, o presente artigo compõe-se ainda do referencial teórico utilizado no estudo, as metodologias aplicadas, os resultados encontrados e sua análise, e por fim as considerações finais obtidas no estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) constitui-se no arcabouço institucional por meio do qual são formuladas e executadas as políticas monetárias, de crédito e cambiais no Brasil, bem como as normas que disciplinam a intermediação financeira e a oferta de produtos e serviços bancários e financeiros à sociedade.

Do ponto de vista funcional, a arquitetura do SFN distingue-se em dois subsistemas complementares: o subsistema normativo e fiscalizador, composto por

órgãos encarregados da definição de políticas e da supervisão (como o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a Secretaria de Previdência Complementar), e o subsistema operacional ou de intermediação, integrado pelas instituições que efetivamente captam e alocam recursos na economia (BACEN, 2025F; ANBIMA, 2024).

A composição institucional do SFN e suas competências trazem implicações diretas para o fenômeno estudado neste trabalho, isto é, a adoção de instrumentos de pagamento instantâneo (como o PIX) e sua repercussão na bancarização de micro e pequenos empreendedores. Primeiro, porque as decisões normativas do CMN e as regras operacionais implementadas pelo BACEN condicionam o enquadramento regulatório de novos prestadores de serviços de pagamento, determinam requisitos de participação, interoperabilidade e proteção ao usuário, e, portanto, moldam o grau de abertura do mercado para *fintechs* e outras formas de intermediação digital. Segundo, porque a presença de um sistema de supervisão ativo e de canais de dados abertos influencia a confiança dos agentes econômicos e a capacidade de integração entre infraestrutura pública e oferta privada, fatores essenciais para que inovações tecnológicas gerem inclusão financeira de qualidade (BACEN, 2025f; B3, 2024).

Os operadores do Sistema Financeiro Nacional correspondem às instituições que executam, na prática, as atividades de intermediação financeira, transformação de prazos, captação de recursos e oferta de crédito e serviços. De forma geral, são responsáveis por canalizar a poupança privada para o financiamento de atividades produtivas, além de assegurar liquidez e promover a circulação monetária no território nacional. Conforme o Banco Central do Brasil (2025f), as instituições operacionais do SFN podem ser classificadas em dois grandes grupos: as instituições financeiras bancárias, que possuem autorização para captar depósitos à vista, e as instituições não bancárias, que atuam em operações específicas de crédito, investimento ou fomento, sem a prerrogativa de criação de moeda escritural.

Nos últimos anos, as *fintechs* e as instituições de pagamento consolidaram-se como novos operadores do SFN, caracterizando uma transformação estrutural do ecossistema financeiro nacional. Segundo o Banco Central do Brasil (2025f), essas empresas utilizam tecnologia intensiva para oferecer serviços financeiros de forma digital, com menor custo operacional, maior personalização e foco na experiência do usuário. A regulamentação dessas entidades, por meio das Resoluções CMN nº 4.656/2018 e nº 4.657/2018, criou as figuras jurídicas da Sociedade de Crédito Direto (SCD) e da Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP), que permitem o fornecimento de crédito sem intermediação bancária tradicional. A difusão dessas instituições impulsionou a concorrência e a inclusão financeira, especialmente no segmento de microempreendedores e trabalhadores informais, ao mesmo tempo em que demandou novas práticas regulatórias de supervisão e mitigação de riscos (ALMEIDA; JORGE, 2021).

Esses novos operadores representam uma ruptura paradigmática na lógica da intermediação, pois, ao contrário dos bancos tradicionais, baseiam-se em modelos de plataforma e inteligência de dados, com forte integração a sistemas de pagamento instantâneo, como o PIX e o *Open Finance.* Essa configuração amplia a eficiência operacional e reduz custos transacionais, mas também exige dos reguladores atenção

quanto à segurança cibernética, à proteção de dados e à estabilidade sistêmica. Nesse sentido, o SFN passou a adotar uma abordagem regulatória baseada em proporcionalidade e inovação supervisionada aos chamados *sandboxes* regulatórios, permitindo que novas tecnologias sejam testadas em ambiente controlado antes de sua ampla aplicação no mercado (ACCORSI, 2025).

Com relação às entidades empresariais que utilizam o sistema financeiro, as micro e pequenas empresas (MPEs) ocupam posição central na estrutura econômica brasileira, desempenhando papel fundamental na geração de empregos, na circulação de renda e no fortalecimento das economias locais. Esse segmento representa cerca de 99% do total de empresas formalmente constituídas no país, sendo responsável por cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e por aproximadamente 50% dos postos de trabalho com carteira assinada, conforme registros da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (SEBRAE, 2018).

A classificação das MPEs é regulada pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, definindo critérios de enquadramento baseados na receita bruta anual. Assim, considera-se microempresa aquela que aufere receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 por ano, enquanto a empresa de pequeno porte é aquela cuja receita bruta anual é superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (BRASIL, 2006). Esses parâmetros têm relevância não apenas tributária, mas também regulatória, pois determinam a elegibilidade a regimes simplificados de tributação e acesso facilitado ao crédito.

Do ponto de vista estrutural, as MPEs caracterizam-se pela gestão centralizada e estrutura organizacional enxuta, na qual as decisões são, em geral, concentradas na figura do proprietário ou de um número reduzido de gestores. Esse modelo favorece a agilidade decisória e a adaptação rápida a mudanças de mercado, porém também pode limitar a capacidade de planejamento estratégico e de investimento em inovação (SEBRAE, 2025a). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) reforça que, nas empresas de menor porte, predominam práticas de gestão baseadas na experiência empírica e na informalidade de processos administrativos, o que as torna mais vulneráveis a oscilações econômicas e à escassez de capital de giro.

Sob a ótica econômica, o SEBRAE (2024) destaca que as MPEs são predominantes nos setores de comércio e serviços, com forte presença em atividades de baixo ou médio grau tecnológico. Sua contribuição para o dinamismo econômico local decorre da capacidade de gerar empregos de forma descentralizada, estimular cadeias produtivas regionais e favorecer a interiorização do desenvolvimento. Contudo, persistem limitações estruturais, como o acesso restrito a crédito, a baixa capacitação gerencial e a dificuldade de inserção em mercados digitais e de inovação, fatores que condicionam sua produtividade e competitividade (SEBRAE, 2024; IBGE, 2022).

A administração financeira nas micro e pequenas empresas (MPEs) constitui-se como atividade nuclear para a sobrevivência e para a escalabilidade dos negócios. Estão diretamente ligada à capacidade de gerir o caixa, financiar operações, precificar corretamente produtos e serviços e acessar fontes de crédito em condições compatíveis com o ciclo operacional (SEBRAE, 2025b).

O fluxo de caixa ocupa posição central na administração financeira do pequeno negócio, pois fornece ao gestor a visão imediata da liquidez e permite antecipar déficits,

negociar prazos com fornecedores e planejar pagamentos de salários e tributos. O SEBRAE enfatiza que a construção do fluxo deve contemplar tanto as movimentações efetivas quanto projeções mensais fundamentadas em cenários realistas (otimista, provável e pessimista), sendo igualmente importante distinguir receitas operacionais de entradas financeiras extraordinárias para evitar decisões equivocadas sobre capacidade de pagamento e investimentos. A adoção rotineira dessa ferramenta reduz o risco de insolvência de curtíssimo prazo e melhora a previsibilidade do capital de giro necessário (SEBRAE; 2025b).

A digitalização das rotinas financeiras, incluindo o uso de sistemas de gestão (ERP light), plataformas de conciliação automática, leitores de vendas integrados a sistemas de emissão fiscal e o aproveitamento de meios de pagamento instantâneo (PIX) têm mostrado ganhos relevantes em eficiência e redução de erros operacionais (SEBRAE, 2025c).

A ferramenta bancária PIX segue uma das tendências internacionais de digitalização de meios de pagamento disponibilizados por bancos ao redor do mundo. A ferramenta é fortemente tecnológica e possui fatores de proteção, verificação, segurança e afins. Outra grande tendência mundial é a criação de novas moedas digitais, tanto por parte de empresas privadas, como por parte de governos. Por se tratar de tópicos recentes na economia moderna, pessoas e empresas ainda se encontram em fase de entendimento sobre o assunto.

O PIX, mais conhecido como Pagamento Instantâneo Brasileiro, possui diferentes modalidades e meios de utilização. Sua principal função é a de realizar pagamentos entre pessoas, empresas e instituições financeiras, de forma direta, sem custos ou taxas e a qualquer momento, tendo em vista que ele se encontra disponível para uso 24 horas por dia 7 dias por semana.

Além da transação comum, outros modelos foram lançados pelo Banco Central ao longo de sua existência, sendo os dois lançados em 2021 o PIX Saque e o PIX Troco. A função PIX saque se baseia na entidade pagadora realizar um PIX para a entidade recebedora e ela ofertar os recursos físicos (cédulas de papel moeda) de volta ao pagador, gerando assim um saque através do Pagador e do recebedor com a tecnologia do PIX. Já o PIX Troco parte do mesmo princípio adicionando a somatória do valor da transação inicial somado ao que se deseja receber em papel moeda por parte do pagador, gerando assim um “excedente” visto como o “troco” da transação e disponibilizando papel moeda para o pagador (BACEN, 2025b).

O PIX Automático é a última adição do Banco Central do Brasil aos modelos disponibilizados através do PIX, que funciona como uma cobrança automática ou até mesmo um “DDA”. Onde a instituição que irá receber o pagamento, dias antes do vencimento envia uma solicitação de PIX Automático ao pagador, que possui a opção de aceitar ou recusar a cobrança para que o pagamento automático seja efetuado no dia do vencimento, de forma automática e ainda gera a possibilidade de escolha por parte do pagador se deseja entrar em linha de crédito, caso no momento do pagamento não haja saldo suficiente (BACEN, 2025b).

O PIX Agendado funciona exatamente como a função base do PIX, gerar uma transação direta entre o pagador e o recebedor, com a opção de agendar o pagamento para uma data e horário específico, tendo assim a opção de deixar um pagamento pronto

para ser realizado em caso de falta de conexão ou qualquer outra intempérie por parte do lado pagador.

Outra modalidade introduzida por instituições financeiras é o PIX parcelado, que consiste no mesmo princípio da parcela do cartão de crédito, gerando assim um adiantamento do valor a ser recebido para o recebedor da transação por parte da instituição financeira, e uma parcela do valor a ser debitado da conta do devedor mês a mês de acordo com sua transação inicial. Vale ressaltar que este modelo está sendo ofertado por instituições financeiras e não especificamente pelo Banco Central do Brasil, sendo assim uma modalidade "externa" aos modelos "base" do PIX (MATOS, 2022).

A literatura contemporânea discuti a adoção dessa ferramenta. No trabalho de Pereira *et al* (2025), os autores apresentam uma investigação sistemática sobre os efeitos combinados das *fintechs* e do sistema PIX no atendimento ao segmento de pessoas jurídicas, enfatizando que a expansão de canais digitais e a difusão do pagamento instantâneo têm reduzido a necessidade de agências físicas, promovido a migração de contas PJ para bancos digitais e pressionado os bancos tradicionais à inovação na oferta de serviços; a análise documental e estatística utilizada pelos autores evidencia que o PIX atuou como catalisador de inclusão e redução de custos para empresas (PEREIRA *et al*., 2025).

No trabalho de Gonçalves (2025) realizou-se uma revisão bibliográfica aliada à análise de dados secundários para avaliar o papel do PIX na economia brasileira, sendo destacadas contribuições à inclusão financeira, à redução de custos transacionais e ao estímulo à concorrência no sistema financeiro; a autora sistematiza evidências sobre a rápida adoção do PIX desde 2020.

A monografia de Rocha (2023) ofereceu um exame aprofundado do período 2020–2022, comparando o PIX com instrumentos tradicionais (TED, DOC e cartões) e demonstrando, por meio de séries temporais e análise documental, a rápida substituição de canais e o aumento do volume de transações eletrônicas; o autor sublinha as implicações estruturais dessa transformação, fechamento de agências, reorganização operacional dos bancos e impacto sobre a prestação de serviços financeiros e que o PIX constitui elemento central na trajetória de digitalização e reconfiguração do Sistema Financeiro Nacional.

Por fim, o trabalho de Silva *et al.* (2024) adotou uma perspectiva interdisciplinar sobre a digitalização financeira no Brasil e posiciona o PIX como fator determinante na reconfiguração dos meios de pagamento, enfatizando efeitos econômicos (redução de custos e eficiência transacional) e efeitos socioculturais (mudança de comportamentos e menor dependência do dinheiro físico), além de apontar a necessidade de estudos complementares sobre impactos comportamentais e psicológicos dessa transição.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa de campo com base no levantamento de dados sobre o fenômeno descrito, de caráter explicativo, a fim de entender e buscar ligações de causa e efeito entre o lançamento da ferramenta PIX e o desenvolvimento da bancarização de micro e pequenos negócios (CRESWELL, 2010).

A amostra coletada foi principalmente de empresas MEI e ME (Microempresas individuais e Microempresas), Porém, também foram atingidos empreendedores de Médio Porte, cujas respostas também foram utilizadas na pesquisa, promovendo um

maior escopo de análise. Foi levantado a cidade sede da empresa, de modo a entender a região geográfica de abrangência da amostra, que se limitou a Região Metropolitana de Campinas (20 cidades).

Os dados foram coletados por meio de um formulário disponibilizado de forma *online*, a fim de facilitar o alcance de mais respostas para a pesquisa. As perguntas no questionário tinham tanto cunho qualitativo, procurando entender como as modalidades do PIX se encaixaram na estratégia da empresa, quanto quantitativo, a fim de entender o impacto financeiro e operacional da utilização da ferramenta PIX nos negócios.

Foram realizadas perguntas de múltipla escolha no formulário, abertas e fechadas, deixando um campo aberto ao final para quaisquer comentários extras ou sugestões por parte daqueles que responderam a pesquisa.

Os dados coletados por meio da pesquisa realizada foram lançados em uma planilha do aplicativo Microsoft Excel®, a fim de gerar gráficos e tabelas para as respostas de múltipla escolha, trazendo assim os principais dados coletados na pesquisa, de forma clara e objetiva, com utilização de estatística descritiva na compilação das respostas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Da amostra coletada, foram obtidas 32 respostas totais, destas sendo 28 validadas de acordo com os critérios iniciais de aceitação. Sendo, região demográfica e faturamento anual, os maiores limitantes da amostra.

4.1 Aspectos sócio-econômicos da Amostra

Abaixo estão demonstrados os principais aspectos sócio-econômicos destacados, dos respondentes, a respeito de: principal atividade, tempo desde a fundação da empresa, e faixa de faturamento anual.

A principais atividades obtidas nas respostas foram de: serviços com 57,1%, indústria de manufatura com 21,4% e comércio varejista com 10,7%.

Ao analisar as respostas obtidas sobre o tempo de existência da empresa, foi evidenciado que 19 (67,9%) das empresas possuíam mais de 6 anos de mercado, sendo este o número predominante. 17,9% tinham entre 1 e 3 anos de existência, e 10,7% de 4 a 6 anos.

Com relação ao faturamento, 3 grandes grupos se destacaram, sendo eles 10 ou 35,7% dos indivíduos MEI (Microempreendedores), 9 ou 32,1% EPP (Empresa de Pequeno Porte) e 8 ou 28,6% Empresas de Médio Porte.

4.2 Aspectos operacionais e estratégicos analisados

As análises a seguir foram agrupadas por tipo de questionamento de acordo com a pergunta da seção socioeconômica desejada.

Critério ramo de atividade

Quando perguntado se a empresa já utilizava meios de pagamento instantâneos antes do lançamento do PIX, as respostas, relacionadas ao ramo de atividades das empresas da amostra, resultou na tabela 01, a seguir:

Tabela 01: Utilização de meios de transferência bancária antes do PIX

Respostas	Sim	Não

	Frequência	%	Frequência	%
Alimentação	2	17%	0	0%
Comércio Varejista	0	0%	3	19%
Construção	1	8%	0	0%
Indústrial	2	17%	4	25%
Serviços	7	58%	9	56%
Total	12		16	

Fonte: Elaborado pelos Autores

Destaca-se que das 12 empresas que já utilizavam outros meios instantâneos de pagamentos, 58% são do setor de serviços, 17% dos ramos de alimentação e outros 17% do ramo de indústria. Com relação às 16 empresas que não utilizavam, 56% são do ramo de serviços, 25% do ramo industrial, e 19% do comércio varejista.

Nota-se que não houve uma predominância em um aspecto específico com relação a este item. O setor de serviços foi o predominante na amostra.

Ao comparar o ramo de atividade do empreendedor e os principais desafios encontrados pelos mesmos, obteve-se a tabela 02 a seguir:

Tabela 02: Principais desafios do uso dos meios instantâneos de pagamento

Resposta =>	**Falta de conhecimento**	**Problemas técnicos**	**Fraudes e golpes**	**Custos e tarifas**	**Integração com sistemas**	**Nenhum desafio**
Alimentação (Ex: restaurantes, lanchonetes, padarias)	0	0	0	1	1	1
%	**0%**	**0%**	**0%**	**50%**	**50%**	**50%**
Comércio Varejista (Ex: lojas, butiques)	0	2	1	1	0	1
%	**0%**	**67%**	**33%**	**33%**	**0%**	**33%**
Construção	0	0	0	1	0	0
%	**0%**	**0%**	**0%**	**100%**	**0%**	**0%**
Indústria/Manufatura em pequena escala	0	0	2	2	0	3
%	**0%**	**0%**	**33%**	**33%**	**0%**	**50%**
Serviços (Ex: salão de beleza, consultoria, reparos)	1	4	11	3	2	4

%	**6%**	**25%**	**69%**	**19%**	**13%**	**25%**

Fonte: Elaborado pelos Autores

Ao comparar o ramo de atividade com os principais desafios enfrentados no uso do PIX, destacou-se que a preocupação com fraudes e golpes é o desafio mais frequente no setor de Serviços, mencionado por 69% dos respondentes. O Comércio Varejista apresentou maior incidência de problemas técnicos (67%). No setor de Construção, 100% foram citados custos e tarifas como principal dificuldade. Já na Indústria, 50% dos respondentes não relataram nenhum desafio significativo. Na Alimentação, custos, integração com sistemas e ausência de desafios dividiram-se igualmente (50% cada).

Critério nível de faturamento

Quando comparados os dados que relacionam o faturamento a proporção de vendas ou recebimentos realizados via PIX, se obteve a tabela 03 a seguir:

Tabela 03: Faturamento *versus* proporção de vendas com PIX

Resposta =>	**Menos de 25%**	**Entre 25% e 50%**	**Entre 51% e 75%**	**Mais de 75%**
Até R$ 81.000,00	0	0	0	1
%	**0%**	**0%**	**0%**	**100%**
De R$ 81.001 a R$ 360.000,00	2	1	4	3
%	**20%**	**10%**	**40%**	**30%**
De R$ 360.001 a R$ 4.800.000,00	1	4	2	1
%	**11%**	**44%**	**22%**	**11%**
Acima de R$ 4.800.000,00	4	4	0	0
%	**50%**	**50%**	**0%**	**0%**

Fonte: Elaborado pelos Autores

Ao comparar o faturamento anual com a proporção de vendas realizadas via PIX, observou-se que empresas de menor faturamento tendem a utilizar o PIX para uma parcela maior de suas vendas. Na faixa de até R$81.000, 100% dos respondentes realizam mais de 75% das vendas via PIX. Entre R$81.001 e R$360.000, 70% das empresas concentram mais de 50% das vendas no PIX. Já nas faixas superiores, o uso proporcional diminui: entre as empresas com faturamento acima de R$4.800.000, 50% utilizam o PIX em menos de 25% das vendas, e nenhuma ultrapassa a faixa de 50%.

Ao comparar os dados cruzados entre o faturamento e a facilidade de acesso aos serviços bancários, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 04: Faturamento *versus* facilidade de acesso a serviços bancários

Respostas	**Sim, facilitou bastante**		**Sim, facilitou um pouco**		**Não, permaneceu igual**		**Não sei / Não se aplica**	
	Frequência	**%**	**Frequência**	**%**	**Frequência**	**%**	**Frequência**	**%**
Até R$ 81.000,00	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	33,3%

De R$ 81.001 a R$ 360.000,00	3	33,3%	4	50,0%	2	25,0%	1	33,3%
De R$ 360.001 a R$ 4.800.000,00	4	44,4%	2	25,0%	2	25,0%	1	33,3%
Acima de R$ 4.800.000,00	2	22,2%	2	25,0%	4	50,0%	0	0,0%
Total	**9**	**100,0%**	**8**	**100,0%**	**8**	**100,0%**	**3**	**100,0%**

Fonte: Elaborado pelos Autores

Notou-se que a faixa dos Microempreendedores Individuais e dos Microempreendedores foi a que mais obteve novas facilidades de acesso a serviços bancários após o lançamento e uso da ferramenta.

Critério tempo de fundação da empresa

O comparativo entre o nível de satisfação do empreendedor com o lançamento e uso da ferramenta PIX e o tempo de fundação da empresa gerou a tabela 05 a seguir:

Tabela 05: Satisfação com o uso do PIX e tempo de fundação da empresa

Resposta =>	**2 - Pouco Satisfeito**	**3 - Neutro**	**4 - Satisfeito**	**5 - Muito Satisfeito**
Menos de 1 ano	0	0	1	0
%	**0%**	**0%**	**100%**	**0%**
De 1 a 3 anos	0	0	2	3
%	**0%**	**0%**	**40%**	**60%**
De 4 a 6 anos	0	0	3	0
%	**0%**	**0%**	**100%**	**0%**
Mais de 6 anos	1	4	9	5
%	**5%**	**21%**	**47%**	**26%**

Fonte: Elaborado pelos Autores

Já ao comparar o tempo de atividade com o nível de satisfação com o PIX, notou-se que empresas com 1 a 3 anos de atuação apresentaram o maior grau de satisfação, com 60% avaliando como "Muito Satisfeito" (5) e 40% como "Satisfeito" (4). Empresas com menos de 1 ano e de 4 a 6 anos também demonstraram satisfação plena, com 100% na nota 4. Já entre as empresas com mais de 6 anos, embora 47% estejam satisfeitas (4) e 26% muito satisfeitas (5), surgem avaliações neutras (21%) e de pouca satisfação (5%), sugerindo que empresas mais consolidadas podem enfrentar maiores

Das análises efetuadas com os dados coletados na pesquisa, ficou evidente que as transações bancárias se utilizando da modalidade PIX possuem um papel muito importante, até central nessas transações, principalmente no que se refere a recebimento das vendas. A proporção de vendas com essa modalidade é bastante significativa, assim como a facilidade e agilidade que a ferramenta trouxe aos negócios. A satisfação com o uso do PIX é praticamente unânime entre os entrevistados da amostra.

A seguir estão descritas as considerações finais do presente estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral entender o impacto do PIX como ferramenta de bancarização nas micro, pequenas e médias empresas, considerando seus diversos possíveis impactos. A pesquisa foi conduzida com uma amostra de 28 respostas válidas, conforme os critérios utilizados.

A análise dos dados coletados evidenciou grande impacto da ferramenta na rotina desses empreendedores, impulsionado principalmente pela facilidade de uso. Destaca-se que, embora apenas 42,9% dos respondentes utilizassem outras formas de pagamento instantâneo antes do lançamento do PIX em novembro de 2020, a totalidade declarou adotá-lo em suas operações após sua implantação, demonstrando rápida e expressiva adesão à ferramenta.

Verificou-se também que 67,9% das empresas pesquisadas atuavam há mais de seis anos no mercado, distribuídas entre microempreendedores (37,7%), empresas de pequeno porte (32,1%) e empresas de médio porte (28,6%).

A pesquisa também evidenciou que o PIX apresenta como principais vantagens a praticidade de funcionamento interrupto, a redução de custos transacionais e a gratuidade para o consumidor final, conforme apontado pelo BACEN (2025d).

Já o entendimento à cerca do impacto do PIX nas vendas e na busca por novos serviços bancários, revelou que empresas de menor faturamento tendem utilizá-lo em maior proporção em suas transações. Quanto ao acesso a serviços bancários, microempreendedores individuais e microempreendedores foram os que mais relataram novas facilidades após a adoção da ferramenta.

A questão de quanto o uso do PIX está impactando os negócios na RMC, foi atendido por meio de análises cruzadas entre ramo de atividade, tempo de atuação, nível de faturamento, e percepções dos empreendedores. Os resultados revelaram que os desafios variam conforme o setor: fraudes e golpes lideram no segmento de serviços (69%), problemas técnicos predominam no comércio varejista (67%) e custos e tarifas apontados por 100% dos respondentes no setor de construção. Esses dados demonstram que o PIX, embora seja uma ferramenta de ampla utilização, não é homogêneo entre os setores. Ao mesmo tempo, o cruzamento com o tempo de atividade evidenciou elevada satisfação geral com a ferramenta.

Procurando responder ao problema de pesquisa específico proposto, e expor a realidade do uso do PIX no dia a dia das empresas, e sua relação com as instituições financeiras e a formalização dos negócios, a ferramenta PIX mostrou ser responsável parcialmente pela ampliação do acesso a serviços bancários, sobretudo entre microempreendedores individuais e microempreendedores. Reduziu custos transacionais, conferiu maior agilidade às operações e estimulou a digitalização dos meios de pagamento, em consonância com as tendencias internacionais de digitalização financeira discutidas no referencial teórico.

Por fim, cabe destacar que, embora os resultados demonstrem ampla adoção e satisfação com o PIX, persistem desafios setoriais associados a fraudes, problemas técnicos, custos, integração com sistemas e à percepção de possível monitoramento governamental, sobretudo entre empreendedores com maior escolaridade. Tais elementos, indicam um campo fértil para estudos futuros que aprofundem a investigação

sobre os efeitos comportamentais, regulatórios e econômicos da digitalização dos meios de pagamento no Brasil, em especial no contexto das micro e pequenas empresas.

Salienta-se que as considerações finais aqui discutidas não devem ser extrapoladas para outras amostras ou populações, restringindo-se as mesmas à presente amostra. Espera-se com esse estudo ampliar a compreensão à cerca do tema PIX, contribuindo para o fomento do conhecimento acadêmico, quanto empresarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCORSI, A., & Ferreira, N. R. (2025). Novos modelos de negócios e tecnologias no sistema financeiro nacional (SFN). **Caderno De Administração**, 2(18), 5–27. https://doi.org/10.23925/2595-4865.v2i18.70009. Acesso em: 28/10/2025.

ANBIMA. **Sistema Financeiro Nacional e participantes Guia**. Disponível em https://www.anbima.com.br/data/files/FD/30/F3/33/466A4810EA926748882BA2A8/CPA-10-Cap1.pdf. Acesso em: 16/10/2025.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Plano Real**, 2025a. Disponível em https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal. Acesso em: 23/09/2025.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Pix.** 2025b. Disponível em https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix. Acesso em: 23/09/2025.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Participantes do Pix**. 2025c. Disponível em https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/participantespix. Acesso em: 30/10/2025.

BACEN, Banco central do Brasil. **PIX Automático**. 2025d. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix-automatico. Acesso em 07/10/2025.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Sistema Financeiro Nacional (SFN)**. 2025e. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn. Acesso em: 16/10/2025.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Composição do SFN**. 2025f. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/composicaosfn. Acesso em: 16/10/2025.

BANCO MUNDIAL. Taxas De Câmbio Oficial. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/PA.NUS.FCRF. Acesso em 07/08/2026.

BANK OF ENGLAND. **Quartertly bulletin 2014 Q3**. Disponível em https://www.bankofengland.co.uk/-/media/boe/files/quarterly-bulletin/2014/innovations-in-payment-technologies-and-the-emergence-of-digital-currencies.pdf. Acesso Em: 14/10/2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 22/10/2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A economia e a política do Plano Real. **Brazilian Journal of Political Economy.** 14 (4) Oct-Dec 1994. https://doi.org/10.1590/0101-31571994-0840.

BUSTAMENTE, L. R.; SANTOS, L. R. D.; BATISTA, V. C. Pix: inovação financeira e suas consequências na economia brasileira. **Revista Foco**. V. 17, N. 12 (2024). https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n12-139.

B3. Brasil, Bolsa, Balcão. **Estrutura do mercado financeiro brasileiro**. 2024. Disponível em: https://b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/juros/s_di_train_prog/01-estrutura-do-mercado-financeiro-brasileiro.htm. Acesso em: 16/10/2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DA SILVA, Lincolyleandsson Fernandes. **Pix e as vendas a prazo informais: o impacto na contabilidade e na gestão dos microempreendedores**. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), maio de 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30613. Acesso em: 08/10/2025.

GONÇALVES, Giovanna Mazotti. **O impacto do pix na economia brasileira: uma análise do sistema de pagamentos instantâneos e suas repercussões no mercado financeiro e comercial.** Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1/2025. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/294694/001290036.pdf?. Acesso em: 08/10/2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2023.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html. Acesso em: 22/10/2025.

MATOS, Lorena, (2022). Pix parcelado: quais são as vantagens e desvantagens da modalidade. **Revista Money Times disponível** em: https://www.moneytimes.com.br/pix-parcelado-quais-sao-as-vantagens-e-desvantagens-da-modalidade/. Acesso em 06/11/2025.

PEREIRA, R., PASSARI, E.S., SANTOS, S., TORRESAN, D. C. M., SILVA, P. V., PIMENTEL, R. E. O impacto das Fintechs e do PIX no atendimento às pessoas jurídicas. **Revista Pesquisa Qualitativa**. V. 13, n. 33 (2025).

ROCHA, Gustavo. **Os impactos do pix no sistema financeiro nacional**. PUC Goiás, Goiânia - GO, junho de 2023. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5921/1/GUSTAVO%20HENRIQUE%20RODRIGUES%20ROCHA%20%3d%20MONOGRAFIA%20%3d%20Vers%c3%a3o%20Final%20para%20o%20RAG%20da%20PUC-GO%20%20%3d%2023-06-2023.pdf . Acesso em: 08/10/2025.

SEBRAE. Panorama dos Pequenos Negócios 2018. São Paulo: **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**, 2018. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf. Acesso em: 22/10/2025.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. E-book: **Gestão Financeira.** Brasília: SEBRAE, s.d. 2017. Disponível em:

https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/ebook_gestao-financeira.pdf. Acesso em: 29/10/2025.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Guia de Planejamento Financeiro para Micro e Pequenas Empresas**. Brasília: SEBRAE, s.d. 2025a. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/arquivos/guia-de-planejamento-financeiro-para-micro-e-pequenas-empresas%2C3873aae3b27f3810VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso em: 29/10/2025.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Fluxo de Caixa: guia prático**. Brasília: SEBRAE, s.d. 2025b. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/Fluxo_de_caixa.pdf. Acesso em: 29/10/2025.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Como fazer a gestão financeira do pequeno negócio**. Brasília: SEBRAE, s.d. 2025c. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-fazer-a-gestao-financeira-do-pequeno-negocio%2Cd999a442d2e5a410VgnVCM1000003b74010aRCRD. Acesso em: 29/10/2025.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios 2024**. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Imagens%20SebraeNA/Arquivo%20pesquisas.pdf. Acesso em: 22/10/2025.

SILVA, Mariana Maria. **Banco Central anuncia desligamento da plataforma do Drex e nova infraestrutura.** Disponível em: https://exame.com/future-of-money/banco-central-anuncia-desligamento-da-plataforma-do-drex-e-nova-infraestrutura/. Acesso em 10/05/2026.

SILVA, U. dos S., SÁ, I. R., SILVA, J. P. da, HOSSOÉ, H. S., SILVA, L. R., CORREIA, L. S., BEZERRA JUNIOR, J. T., & SANTOS, A. V. (2024). Digitalização financeira no Brasil: o impacto do pix nos meios de pagamento. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA,** 22(6), e5130. https://doi.org/10.55905/oelv22n6-070.